ARENAS E ARRANJOS POLÍTICOS ESCALARES

Experiências e propostas para transformações regionais em três estados brasileiros: Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina

Ivo Marcos Theis (Universidade Regional de Blumenau-FURB)

RESUMO GERAL

Texto A presente "sessão livre" é dedicada a diferentes experiências e propostas que visam a transformação social, econômica, política e cultural em três diferentes unidades da federação, de três macrorregiões do país. O objetivo é apresentar e discutir os resultados de um projeto que vem sendo executado ao longo dos últimos quatro anos no âmbito do "Pró-Integração" (CAPES/Ministério da Integração Nacional). Tem sua inspiração na experiência realizada nas Conferências Estaduais e Nacional de Desenvolvimento Regional e na tentativa de formular uma política regional alternativa, incluindo suas metas, seus objetivos, seus instrumentos e suas medidas. A observação dessa experiência – e de outras mais –, de seus sucessos, fracassos e dificuldades, mas também das potencialidades que precisam ser exploradas – deram origem à abordagem do projeto em questão, que se expressa no seu título.

Parte-se da hipótese de que não há uma "solução" simples para formular propostas de políticas públicas explicitamente voltadas às transformações regionais. Mesmo no âmbito urbano – mais próximo à vivência das pessoas no seu dia-a-dia – já há dificuldades mal superadas. Portanto, o que se examina aqui é uma complexa articulação entre determinadas *Arenas Políticas* (no sentido de Claus Offe) e diferentes formas de *Arranjos Políticos*, termo emprestado à economia regional que investiga arranjos produtivos, e também mais recentemente, de sua apropriação na escala urbana – metropolitana – regional com a noção de arranjos urbanos.

A articulação entre esses dois elementos vem sendo aplicada como abordagem única na investigação de propostas e experiências a respeito de transformações regionais em três estados brasileiros: Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Essa abordagem tem suficiente abertura para contemplar as especificidades desses três casos na medida em que consegue abarcar processos com maior envolvimento de segmentos sociais, como encontrado mais no Sul do país, como também da "experimentação" de arranjos institucionais, apoiados, por exemplo, pela Lei dos Consórcios Públicos, como encontrado no Rio de Janeiro. São apenas dois exemplos de uma riqueza de potencialidades cuja descoberta representa o verdadeiro

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

desafio para as investigações realizadas. A comparação entre os três estados, situados em macrorregiões diferentes – Nordeste, Sudeste e Sul – estimulou a imaginação e a criatividade dos pesquisadores envolvidos, o que acabou sendo uma grande potencialidade do projeto em questão. Ainda, a comparação com experiências de fora do país acabou sendo uma oportunidade para todos os envolvidos para ampliar os horizontes das suas investigações e reflexões.

Para se entender o contexto no qual se insere a temática desta sessão livre, cabe ter na devida conta que a política e o desenvolvimento regional, no Brasil e em outras partes do mundo, vêm ganhando crescente interesse, visibilidade e legitimidade nos últimos anos. Apesar dos avanços realizados pela política social setorial no combate à pobreza, ao analfabetismo, às deficiências de atendimento à saúde e tantos outros problemas de atendimento à população dotada com menos recursos, entre o início dos anos 2000 e meados dos anos 2010, as desigualdades regionais (tanto inter-regionais como intra-regionais) continuam sendo um desafio para governos e para a sociedade. Elas dificilmente poderão ser vencidas sem que se superem as limitações das medidas setoriais que têm, implicitamente, efeitos no território e nas regiões (as políticas territoriais implícitas, conforme Tânia Bacelar), mas que não são concebidas explicitamente para este fim.

Para alterar essa situação, houve um esforço no início do novo século no sentido de enfrentar essas questões com uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujos efeitos foram menores do que era esperado. Para a formulação de uma II PNDR, a Secretária de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com outros órgãos do Governo Federal e de Governos Estaduais, organizou, no ano de 2012, em cada unidade da federação, uma Conferência Estadual de Desenvolvimento, como etapa preparatória da realização de uma Conferência Nacional de Desenvolvimento Nacional, que acabou ocorrendo em março de 2013 em Brasília. Objetivou-se, com isto, criar um "momento privilegiado para a construção participativa de uma nova PNDR. Uma política elaborada a partir de um amplo debate sobre o futuro que se deseja para o País, e por que meios [se pretende] alcança-lo" (Secretaria de Desenvolvimento Regional 2012).

Essas conferências contaram com a presença de quatro segmentos da sociedade brasileira: integrantes do poder público, sociedade civil, setor empresarial e instituições de ensino, pesquisa e extensão – além de convidados. A participação às Conferências estava aberta ao público em geral, que se inscrevia no site da instituição responsável pela realização do evento e, assim, podia assistir a mesas com apresentações dos segmentos convidados. Houve amplo debate a respeito dos interesses e anseios com relação ao desenvolvimento regional, a partir de cada estado, além da apresentação de sugestões para uma política nacional de desenvolvimento que contemplasse as especificidades dos estados brasileiros e suas diversidades e diferenças. Este debate propiciou a emergência de uma nova abordagem em relação à formulação de políticas regionais, capaz de superar os antigos entraves para um desenvolvimento regional socioeconômica e politicamente mais equitativo.

O projeto sobre o qual assenta a presente sessão livre assumiu a hipótese de que não há uma "solução" simples para a formulação de propostas de políticas públicas

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

explicitamente voltadas às transformações regionais. Daí que se parte de uma complexa articulação entre determinadas *Arenas Políticas* e diferentes formas de *Arranjos Políticos*. Investigar *arenas* é identificar as complexas relações da passagem de demandas e necessidades de certos segmentos da sociedade na sua expressão coletiva, que vai se articulando em certas esferas da vida social organizada, até chegar a um patamar em que consegue ser politicamente relevante. Não é o clássico "bottom-up", na medida em que há uma determinação mútua entre essas arenas, em diferentes "escalas". De fato, a atenção está voltada, em primeiro lugar, à origem das demandas. E a pergunta é até onde e em que medida essas demandas se tornam politicamente relevantes.

Já a discussão de *arranjos* quer destacar o lado mais institucional de todo este processo. O arranjo político "mestre", nessa linguagem, seria a própria Constituição Federal, que estabelece determinados níveis de governo, representatividade, judicialidade e as relações entre estes. Há uma discussão relevante também para o tema do federalismo, de uma repactuação federal e temas correlatos. Porém, aqui não se fala de "top-down" porque o que interessa são exatamente formas – "arranjos" – que podem ser imaginadas nos interstícios dos níveis institucionais estabelecidos. Como articulações "inter-escalares", para as quais existem formatos ainda mal aproveitados. E que podem "apreender", a partir de uma reflexão mais cuidadosa, as articulações entre as acima mencionadas arenas, que ultrapassam escalas (por exemplo, de poder) institucionalizadas. E, assim, criam sua própria institucionalidade – o que é um processo comum quando se observam articulações políticas e sociais em diferentes arenas.

Em síntese, a discussão aqui encaminhada traz à superfície propostas e experiências a respeito de transformações regionais em três estados – Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina – a partir de uma abordagem que procura contemplar as especificidades desses três casos. Uma articulação entre os dois sentidos de arenas e arranjos, como indicada, logra abarcar processos com maior envolvimento de segmentos sociais, como encontrado no Sul do país, como também a "experimentação" de arranjos institucionais, apoiados, por exemplo, pela Lei dos Consórcios Públicos, em outras partes do Brasil como, por exemplo, no Rio de Janeiro.

ARENAS E ARRANJOS POLÍTICOS ESCALARES – EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS PARA TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS EM TRÊS ESTADOS BRASILEIROS

Ivo Marcos Theis (Universidade Regional de Blumenau-FURB)

Esta sessão livre é consagrada a diferentes experiências e propostas que visam a transformação social, econômica, política e cultural em três diferentes unidades da federação, de três macrorregiões distintas do país. O objetivo é discutir os resultados de um projeto que vem sendo executado, ao longo dos últimos quatro anos, no âmbito do programa *Pró-Integração* (CAPES/Ministério da Integração Nacional). Sua inspiração deriva da experiência realizada nas *Conferências de Desenvolvimento Regional* e na tentativa de

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

formular uma política regional alternativa, incluindo objetivos, instrumentos e medidas. De modo que se examina aqui uma complexa articulação entre *Arenas Políticas* (no sentido de Claus Offe) e *Arranjos Políticos*, com os seus sucessos e fracassos, com suas dificuldades e potencialidades, a partir de experiências e propostas de transformação regional em três estados brasileiros: Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Resumo da palestra com, no máximo, 200 palavras. Resumo da palestra com, no máximo, 200 palavras. Resumo da palestra com, no máximo, 200 palavras.

ARENAS E ARRANJOS POLÍTICOS ESCALARES – EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS PARA TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS: O CASO DO RIO DE JANEIRO

Alberto de Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ)

A consideração de diferentes experiências que visam à transformação social, econômica, política e cultural em três macrorregiões do país, deriva do propósito de discutir os resultados de um projeto executado no âmbito do programa "Pró-Integração" (CAPES/Ministério da Integração Nacional). A discussão traz à superfície questões relativas a transformações regionais em três estados – aqui se focaliza as relativas ao Rio de Janeiro – a partir de uma abordagem que tenta contemplar as especificidades desses casos. Uma articulação entre arenas e arranjos logra abarcar processos com maior envolvimento de segmentos sociais, como a experimentação de arranjos institucionais. Especificamente, procurar-se-á: a) realizar uma reflexão crítica acerca do federalismo brasileiro e das formas de articulação entre os entes federativos com sua influência na afirmação de Políticas de Desenvolvimento Regional; b) avaliar, a partir da experiência no Estado do Rio de Janeiro, limites e potencialidades de diferentes formas de cooperação entre entes federativos, conforme as instituições já existentes; c) buscar elucidar os condicionantes das transformações urbano-regionais e das mudanças no mercado de trabalho para a eficácia de políticas de desenvolvimento regional; e d) sistematizar experiências e propostas, próprias do Rio de Janeiro, para construir uma agenda de discussões em diferentes arenas e com diferentes arranjos.

ARENAS E ARRANJOS POLÍTICOS ESCALARES – EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS PARA TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS: O CASO DA PARAÍBA

Cidoval Morais de Souza (Universidade Estadual da Paraíba-UEPB)

A consideração de diferentes experiências que visam à transformação social, econômica, política e cultural em três macrorregiões do país, deriva do propósito de discutir os resultados de um projeto executado no âmbito do programa "Pró-Integração" (CAPES/Ministério da Integração Nacional). Assim, a discussão traz à superfície questões relativas a transformações regionais em três estados – aqui se focaliza as relativas à Paraíba – a partir de uma abordagem que tenta contemplar as especificidades desses casos. Uma

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa

articulação entre arenas e arranjos logra abarcar processos com maior envolvimento de segmentos sociais, como a experimentação de arranjos institucionais. Especificamente, procurar-se-á: a) identificar as características das políticas públicas de enfrentamento de problemas específicos do Nordeste em relação aos formatos, arranjos, agendas e arenas, envolvidos na sua formulação e implantação; b) identificar o ideário de desenvolvimento que orienta tais políticas; c) reconstruir a história específica do Estado da Paraíba (e do Nordeste) em relação a projetos considerados emblemáticos em suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais; d) identificar os beneficiados dos projetos e sua sustentabilidade econômica e socioambiental; e) observar formas de transferência de tecnologia envolvidas na implantação de variados projetos, como no caso de dessalinização das águas de poços artesianos.

ARENAS E ARRANJOS POLÍTICOS ESCALARES – EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS PARA TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS: O CASO DE SANTA CATARINA

Cristiane Mansur de Moraes Souza (Universidade Regional de Blumenau-FURB)

A consideração de diferentes experiências que visam à transformação social, econômica, política e cultural em três macrorregiões do país, deriva do propósito de discutir os resultados de um projeto executado no âmbito do projeto "Pró-Integração" (CAPES/Ministério da Integração Nacional). Assim, a discussão traz à superfície questões relativas a transformações regionais em três estados – aqui se focaliza as relativas à Santa Catarina – a partir de uma abordagem que tenta contemplar as especificidades desses casos. Uma articulação entre arenas e arranjos logra abarcar processos com maior envolvimento de segmentos sociais, como a experimentação de arranjos institucionais. Especificamente, procurar-se-á: a) identificar as características das políticas públicas de desenvolvimento regional em Santa Catarina; b) analisar os processos de formulação e implementação de tais políticas; c) identificar os avanços institucionais nas iniciativas recentes de planejamento regional, com especial atenção para as Secretarias de Desenvolvimento Regional; d) examinar os impactos de tais políticas quanto aos interesses e demandas das comunidades tradicionais, especialmente, as indígenas; e) avaliar os resultados dessas políticas, considerando a preservação do patrimônio cultural; f) avaliar os resultados das políticas em vista de critérios como a justiça socioambiental e a ética ambiental.

ISSN: 1984-8781 - Código verificador: kBa3g9JWWHWa